

* *

*

LEVINE (Robert). — *O Regime de Vargas e a Política de Extremismo no Brasil, 1934-1938*. Universidade de Princeton. 1968.

A tese de doutoramento de Robert Levine, *The Vargas Regime and the Politics of Extremism in Brazil, 1934-1938*, foi publicada pela Columbia University Press em 1970 com o título *The Vargas Regime (The Critical Years, 1934-1938)* (1).

Qualquer que seja seu título, é bem a expressão do interesse político, quase exclusivo, que o autor dedica a esse seu trabalho.

O livro de Levine chama-nos a atenção pelo grande número de documentos levantados sobre a situação social e ideológica dos anos de 30.

Para esse fim consultou arquivos oficiais como o Arquivo Nacional (RJ), Supremo Tribunal Federal, no Palácio da Justiça (RJ), Tribunal de Segurança Nacional e Supremo Tribunal Militar (RJ). Os da polícia: Delegacia de Ordem Social e Investigações, Natal, Rio Grande do Norte (1935-65), Departamento Federal de Segurança Pública e Polícia Política e Social (Rio de Janeiro) (1930-45), Secretaria de Segurança Pública, Recife (1935-45). Além de ainda pesquisar em outras instituições como a Academia Brasileira de Letras, Museu Histórico Nacional, teve acesso a arquivos particulares como o de Caio Prado Júnior, Roberto Sisson, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Cavalcanti de Albuquerque.

Acrescenta-se ainda à sua pesquisa o estudo de inúmeros trabalhos não publicados, como *Written Statements to Author*, feitos por personagens que tiveram importância na época: Agildo Barata, João Café Filho, Protásio de Mello, Herculino Cascardo, Roberto Sisson e outros. Entrevistas completam este quadro de informações pessoais.

Finalmente, uma bibliografia de cerca de quatrocentos títulos de livros, revistas e jornais, ao lado do volume de documentos levantados, faz de *The Vargas Regime* ou *The Vargas Regime and the Politics of Extremism in Brazil* um importante manancial de fontes informativas.

A dissertação de Levine examina o regime de Vargas dos anos de 1934 a 1938, dando ênfase de um lado à política nacionalista do governo — fator disruptivo das tradicionais estruturas político-oligárquicas — e de outro, ao papel das esquerdas e da Aliança Nacional Libertadora, à revolta de 1935, à

(1). — Na *Luso-Brazilian Review*, na parte reservada aos títulos de teses publicadas ou em realização, vem como *The Brazilian Communist Party, 1920-1947*.

consequente instalação do Estado Novo, ao papel dos Integralistas e sua queda após 1937.

O autor apresenta num quadro geral o ambiente brasileiro entre os anos de 1930-1935, os quais foram testemunha de uma forte luta entre forças competitivas: umas, representando o ortodoxo *laissez faire* do velho regime e outras, advogando novas experiências no campo econômico e social. Manobrando habilmente com os diferentes grupos políticos, e sem se deixar envolver por nenhum, Getúlio Vargas, segundo o autor, consegue se firmar, consolidando seu governo (1935-37), em nome da estabilidade político-econômica e da unidade nacional — através do silenciamento das forças de oposição e do sacrifício das liberdades civis.

O autor explica a rejeição brasileira a uma democracia liberal através, de um lado, do fracasso político do período pré e pós 1930, em que o tenentismo e a própria A. N. L. não foram capazes de resolver as inadequações do *status quo* e de outro como reflexo da própria política internacional com a ascensão do facismo na Europa, o qual propiciou ambiente para o desenvolvimento do sistema ditatorial no Brasil.

Finalmente, segundo Levine, caracteriza o regime de Vargas a sua tática de forjar e manter apoio efetivo de diversos elementos dentro da elite militar e civil e das camadas populares, os quais possibilitaram sua permanência no poder durante o difícil período entre 1930 e 1945.

Se Levine, nas linhas gerais sobre a política dos anos de 1934-38, consegue apresentar uma excelente síntese do regime de Vargas, torna-se fraco, inconsequente, quando sai da área de concentração da sua pesquisa para a análise dos fatos, encontrados na grande massa de documentos levantados pelo autor, esquecendo-se que

“diante da grande massa de fatos históricos logo no nascedouro, mas não descobertos na sua potencialidade, o historiador está sempre obrigado a guiar-se pelo princípio de seleção essencial” (2).

E é justamente essa necessidade de seleção essencial de uma sistemática metodológica que procuramos neste trabalho. Quais os critérios de avaliação de Levine no uso de tão vasta e dispar documentação? Qual o método usado na separação da natureza das fontes, e das condições em que foram escritos os documentos?

Todas essas nossas considerações frente ao acervo documental de origens diversas, são indispensáveis para o leitor poder ele mesmo aferir a exatidão e precisão com que o autor consignou o fato.

(2). — RODRIGUES (José Honório). — *Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1969, p. 32-33.

E é justamente em relação ao método, ao uso dos documentos e da forma — expressão da linguagem histórica — que faremos algumas observações referentes em especial aos capítulos III — V, os quais focalizam os movimentos de esquerda.

Assim, no capítulo III, após o histórico do nascimento e de desenvolvimento dos partidos de esquerda no Brasil, da fundação do Partido Comunista do Brasil, do aparecimento do *sophisticated weekly newspaper*: a *Classe Operária*, do papel de Astrogildo Pereira e seu contacto com Prestes, da escolha deste último para Secretário do P. C. B. em 1935, detém-se na figura de Honório de Freitas Guimarães, cuja vida descreve com todas as suas peripécias, desde a infância até a idade adulta (3).

A maneira como focaliza a vida de José Honório de Freitas Guimarães, parece-nos maliciosa, pois leva o leitor não a conclusões de ordem política, mas de ordem psicológica em que o revolucionário é o produto de uma vida cheia de insucessos e frustrações. Esse tipo de preocupação, expresso pelo autor através do tratamento dado a esta documentação, fazia sentido se a pesquisa proposta pelo mesmo fosse uma história da psicologia do revolucionário, ao invés de uma história política.

Subordinado excessivamente às suas próprias ideologias, o autor, para justificá-las, deslisa muitas vezes para a História *evenementielle*, em detrimento da História Conjuntural — único meio capaz de levar-nos a uma análise profunda e consequente da formação das esquerdas no Brasil.

Rico dessas informações particulares (Arquivo da Polícia), não nos priva delas, inundando os capítulos sobre as atividades de esquerda de “fatos”, os quais pouco ou nada contribuem para a análise do processo histórico dos anos de 1930 (4). Assim, na página 70, quando focaliza as relações da A. N. L. e do Partido Comunista, detém-se num dos chefes comunistas para dizer:

“Sisson, whose relatives and first wife were relatively wealthy, at one point turned over his Petropolis house with swimming pool to P. C. B. officials, while he shared quarters with other A. L. N. officials in Rio de Janeiro”.

(3). — Baseado no depoimento *handwritten autobiography* feito por Honório de Freitas Guimarães no Departamento Federal de Segurança Pública da Polícia Política e Social do Rio de Janeiro. Levine, *op. cit.*, cap. III, nota 10.

(4). — No capítulo III *The left and National Liberation Alliance* há cerca de 22 notas tiradas dos Arquivos do Departamento Federal de Segurança Pública da Polícia Política e Social, Rio de Janeiro (a maioria) e do Tribunal de Segurança Nacional. No capítulo IV *The Integralists* 18 notas provenientes dos mesmos arquivos. E no capítulo V, *The Revolutionary Turn*, 26 notas de arquivos policiais, como do TSN e STM. Nos outros capítulos como *Social and Ideological Setting, The Vargas Administration, Reaction and Repression*, encontram-se poucos ou nenhum documento policial, baseando-se o autor em pesquisas de arquivos públicos ou particulares.

No capítulo V, *The Revolutionary Turn*, onde focaliza o movimento pré-revolucionário de 1935 e as respectivas atividades de seus chefes, detém-se em problemas tais como:

“Comfort of another type did not escape the top P. C. B. leadership, particularly its Comintern advisers, who lived in different parts of Rio de Janeiro’s best residential districts. According to later disclosures, the rents paid by Leon Valle, the Harry Bergers, and P. C. B. secretary Adalberto Fernandes ranged from 500\$000 to 750\$000 monthly moderately expensive by 1935 terms. Prestes, in hiding, occupied more humble quarters in the city’s working-class northern zone. But Prestes reportedly preferred taxis to streetcars and buses, even when he traveled from distant Jacarepaguea across the Federal District to Leblon (5).

Só esses exemplos, e há muitos outros, dão-nos o direito de perguntar que História o Professor Levine pretende construir. Pois, se o

“historiador constrói a História e se toda a História é escolha”, (Lucien Febvre)

é justamente através dessa escolha que o historiador evita a crônica e a história factual (6).

Será que o autor, na sua escolha, soube evitar a crônica e a história factual e chegar a um dos pontos, válidos aliás para toda ciência — a de que

“o pesquisador deve esforçar-se por chegar à imagem adequada dos fatos, evitando toda deformação provocada por suas antipatias pessoais”? (7).

A própria forma — (linguagem histórica) — usada em *The Vargas Regime* denota um tom passional, que evita uma abordagem objetiva dos acontecimentos levando-a para um pré-julgamento desses fatos.

Acontece quando diz

Comfortal another type did not escape the P. C. B. leadership” (p. 103) ou quando referindo-se em especial a Prestes... “But although, he lived faithfully by the taut rules of party discipline, his correspondence with former tenentes associates reveals a softer, nostalgic side to the man who *coldly* ordered the strangulation of sixteen years-old Elza Fernandes (...) (8).

Continuando a relatar situações pessoais, como

(5). — LEVINE (Robert), *Op. cit.*, p. 103 — Grifo nosso.

(6). — RODRIGUES (José Honório), *Op. cit.*, p. 33.

(7). — GOLDMANN (Lucien), *Ciências Humanas e Filosofia*, 2a. edição, São Paulo, DIFEL, 1970.

(8). — LEVINE (Robert), *Op. cit.*, p. 121 — Grifo nosso.

“He (Prestes) *allowed party propagandists to exploit the deportation of his German-born wife*”, chega em poucas linhas a 1945. “In 1945, when circumstances wed the fortunes of Vargas and the Brazilian Communist Party, Prestes publicly *embraced the man who had imprisoned him for nine years under conditions of despair*”.

Mas que circunstâncias político-sócio-econômicas foram essas? Sem uma análise histórica dos acontecimentos que levaram a essa aliança das divergências de interesses das classes dominantes, das pressões políticas nacional e internacional, da reação popular naquele momento histórico, a observação de que

“Prestes publicly embraced the man who imprisoned him”,

não é nada mais que uma observação pouco histórica e muito facciosa como

“He allowed party propagandists to exploit the deportation of his German-born wife”.

E essa maneira passional de tratar com os acontecimentos desse período revolucionário o faz cair em inexplicável erro, para quem, além de pesquisar em jornais nacionais e estrangeiros, teve acesso a certos arquivos quase inaccessíveis para os pesquisadores brasileiros (9).

Referimo-nos ao caso da morte de Olga Benário Prestes:

“although she *probably* died in a Swiss hospital of tuberculosis in 1938, two years after she had given birth to their daughter Anita, the communist press asserted that she had been liquidated in a Nazi extermination camp, and *allegation* never satisfactorily documented” (10).

Frente a duas fontes discutíveis, a primeira em que provavelmente morreu num sanatório para tuberculosos em 1938 (não ficamos sabendo em que fontes colheu essa informação) e a segunda sobre seu extermínio num campo de concentração “alegação nunca satisfatoriamente documentada” — escolhe maliciosamente o autor a primeira possibilidade, quando nenhuma delas é merecedora de fé, segundo o próprio historiador.

(9). — José Honório Rodrigues no seu livro *A Pesquisa Histórica no Brasil* (p. 135) refere-se às dificuldades de acesso de pesquisadores brasileiros a certos arquivos do governo. “Na verdade, o regimento não garante ao brasileiro qualificado (cabe ao Ministro regular a qualificação) o acesso ao arquivo, ferindo a liberdade de informação, discriminando entre brasileiros estranhos ao Itamarati e dificultando a pesquisa” (...). Na nota (5) p. 136 diz textualmente que: “O primeiro acesso às fontes posteriores a 1930 foi feito não por um brasileiro, mas por um jovem professor norte-americano, com licença especial concedida pelo Ministro Borges Leal Castelo Branco Filho. Nessa mesma ocasião foi negada ao autor deste trabalho licença para consulta de documento entre 1930-45 (...).”

(10). — LEVINE (Robert), *Op. cit.*, pág. 122. Grifo nosso.

A dúvida a respeito da morte de Olga Benário Prestes num campo de concentração, seria melhor esclarecida pelo autor se tivesse consultado alguns jornais e revistas de 1946, como por exemplo a “Folha da Noite” de 7-1-1946, onde em reportagem publicada conjuntamente com “Diretrizes”, Samuel Wainer comunica o resultado de suas pesquisas na Europa à procura do paradeiro de Olga B. Prestes (11).

(11). — Tendo localizado Maria Wiedmayer, “última testemunha viva dos mártírios da esposa de Luis Carlos Prestes”, conta-nos que Maria Wiedmayer “trabalha no centro de auxílio às vítimas do fascismo em Berlim, a cuja frente ela foi colocada pelas autoridades militares de ocupação”.

Maria chegou a Ravensbruck numa noite de *fevereiro de 1940*.

Vinha transferida de uma penitenciária de Berlim e na escuridão de sua nova cela nem pôde distinguir as sombras que se moveram à sua entrada. Mas quando os guardas se retiraram, uma voz a saudou em nome de suas companheiras; era a voz de *Olga Benário Prestes* (...). Sua alegria aumentou, porém, quando reconheceu em Olga uma antiga companheira de trabalho político (...). Mas durou pouco o primeiro momento de alegria. Maria fora levada por engano para aquela cela condenada. Ali somente deveriam permanecer as *prisioneiras de origem judia* (...).

Primeira a torturaram durante longos meses com brutais interrogatórios (...) mas Olga não estava envolvida em nenhuma atividade ilegal na Alemanha, depois de 1933. Isso, porém, não *impediu que a mantivessem presa* até à sua morte (...).

“Alguns presentes e dinheiro que um grupo de senhoras inglesas lhe enviavam constituíam outros momentos de alegria para todas as prisioneiras. Mas depois de 22 de junho de 1941, nem mesmo a filial berlinense do Banco do México, por intermédio do qual Olga tinha recebido dinheiro e recados de D. Leocádia, pôde se comunicar com ela. Novamente o silêncio tumular dos campos de concentração caiu sobre Olga” (...). “Primeiro partiu uma leva de várias centenas de judias. Dois dias depois seus vestidos, óculos, pastas de dentes e outros objetos de uso pessoal foram devolvidos para o campo. Os guardas, para nos acalmar, explicaram-nos que elas “tinham sido levadas para diversos hospitais”. *Olga partiu* no terceiro transporte. Acompanhavam-na mais 560 mulheres. Poucos minutos antes, eram mais ou menos duas horas da madrugada, consegui visitá-la e combinamos que ela me mandaria, cozido no seu vestido, um bilhete com a descrição da viagem. Quando os caminhões começaram a se mover, Olga ainda conseguiu gritar para nós: “Adeus, seguimos para Postdam”! Alguns dias depois, encontrei num vestido de Olga, que tinha sido devolvido para o campo, o bilhete prometido. Ela mandava-se dizer que estava em Postdam, internada num antigo asilo de loucos e que dentro em breve deveria ser levada para um campo de extermínio, provavelmente Auschwitz. Esta foi a última notícia que tivemos de Olga (...).

Através desse documento, poderia o autor concluir que: 1. Olga não morreu num sanatório na Suíça; 2. Olga não morreu em 1938, mas depois de 1941 (12); 3. Olga provavelmente morreu num Campo de Concentração (13).

Enfim, se a obra de Levine, no seu conjunto apresenta conclusões interessantes a respeito do Regime de Vargas, no particular deixa-se envolver pela coleta dos fatos, pelo gosto do episódio, não conseguindo superar a difícil tarefa do historiador face à História recente — a de não perder a objetividade e a de não tornar-se juiz, promotor e réu ao mesmo tempo.

DULCE HELENA A. PESSOA RAMOS

* *

*

DUQUE (Hélio). — *As contradições no Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro. Editora Paralelo. 1972.

As contradições existentes, talvez inerentes, do mundo capitalista, as tentativas de superação e de outras formas de equilíbrio mais justas — para os povos subdesenvolvidos, o papel que lhes é atribuído tem sido considerado imensamente injusto — têm feito, à miúdo, de uma e de outra forma, caírem e subirem governos.

(12). — Existem 4 cartas de Olga Benário Prestes que provam a sua permanência no campo de concentração até fins de 1941: 1ª carta, datada de 30 de junho de 1939, procedente de Lager Ravensbrück bei Fürstenberg Kt Mecklenburg (Campo Ravensbrück junto de Furstenberg Kt Mecklenburg) dirigida a Luis Carlos Prestes; 2ª carta, datada de 26 de janeiro de 1940, Ravensbrück, dirigida à sogra e cunhadas; 3ª carta, de junho de 1940, Ravensbrück, dirigida igualmente à sogra e cunhadas; 4ª carta, datada de maio de 1941, ainda de Ravensbrück, remetida à família do marido.

Do Brasil, a correspondência para Olga era remetida via Lisboa, Polícia Secreta Internacional e Defesa do Estado, para Rua Lins Albrechts, 8 — S. W. 11 — Berlim — Alemanha.

Uma carta de Luis Carlos Prestes de 26 de janeiro de 1942, quando na Penitenciária do então Distrito Federal, dirigida a Olga, foi devolvida em 14 de abril de 1942, com o seguinte esclarecimento: — Serviço suspenso — ao remetente.

Esta devolução coincide com a informação de Maria Wiedmayer de que: “depois de junho de 1941 caiu sobre Olga — no campo de concentração de Ravensbrück — um silêncio tumular.

(13). — Não conseguimos localizar uma carta de Olga (fins de 1941-42) publicada na imprensa brasileira entre 1948-1949 — proveniente de outro campo de concentração. Nesta, dizia que estava presa, à espera da morte junto com quatro jovens israelitas, às quais procurava incutir ânimo frente ao triste fim que as esperava.

Assim, apesar de ter lido esse documento na época de sua publicação, pela dificuldade de sua localização não podemos apresentá-la como mais uma refutação indiscutível às dúvidas de Levine.